

LINGUASAGEM

EFEITOS DE CERTEZA NO DIZER DE CASTELLO BRANCO: A INSTAURAÇÃO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

Renata Ortiz BRANDÃO¹

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma análise semântica de pronunciamentos de Humberto Castello Branco, proferidos no ano de 1964, enquanto o primeiro chefe de Estado do regime militar no Brasil. Nesta análise, buscamos compreender o funcionamento da construção de certezas no dizer do porta-voz da República, observando de que modo tais certezas afetam os sentidos produzidos sobre a instauração da ditadura militar no Brasil. Para isso, analisamos os mecanismos linguísticos, enunciativos e discursivos de construção das certezas e seus efeitos de sentido na enunciação, assumindo que a linguagem serve de base material para a sua construção. Este estudo está ancorado na Semântica do Acontecimento, que assume uma posição materialista sobre o funcionamento da linguagem, e dialoga, por essa via, com a Análise de Discurso de filiação francesa.

Palavras-chave: Enunciação presidencial; Ditadura militar; Certezas; Semântica.

Abstract

This paper aims to present a semantic analysis of Humberto Castello Branco speeches delivered in 1964 as the first Head of State of the military regime in Brazil. In this analysis, we intend to understand how certainties about the establishment of the military dictatorship in Brazil are produced as an effect of meaning on the president's enunciation. For this purpose, we will analyze the linguistic, enunciative and discursive mechanisms of certainty production and its effects on the drifts and divisions in meaning on enunciation, assuming that language is the material basis for its constitution. This study has its base on the Semantics of the Event, which assumes a materialistic position on the functioning of language, in an approach connected with the French School of Discourse Analysis.

Keywords: Presidential enunciation; Military dictatorship; Certainties; Semantics.

Introdução

Este trabalho², inscrito na reflexão desenvolvida pelo grupo de pesquisa

¹ Doutoranda em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob orientação da Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira. Bolsista CAPES-Brasil. E-mail: renata.o.brandao@gmail.com.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Linguagem, Enunciação, Discurso (LED)³, propõe apresentar uma análise semântica da enunciação do Marechal Humberto Castello Branco, ao tomar a palavra enquanto primeiro chefe de Estado do regime militar imposto pelo golpe de 1964. Nossa análise tomará como *corpus* recortes de três de seus pronunciamentos: 1) o de posse do cargo de presidente da República, pronunciado em Brasília, perante o Congresso Nacional, em 15 de abril de 1964; 2) o de comemoração ao Dia de Tiradentes, realizado em Ouro Preto, em 21 de abril de 1964; e 3) o de comemoração ao Dia do Trabalho, proferido em São Paulo, em 1 de maio de 1964.

Nosso objetivo é compreender o funcionamento da construção de certezas no dizer presidencial-militar de Castello Branco. Para isso, observaremos, nas materialidades enunciativas apontadas acima, os mecanismos linguísticos, enunciativos e discursivos de construção da certeza, entendida aqui como efeito de sentido na enunciação.

É pela produção de certezas que o porta-voz da República significa e justifica a instauração do regime militar em 1964. Por um lado, o regime significa como o meio de assegurar a continuidade da democracia e das instituições políticas, bem como a certeza do desenvolvimento e do progresso para o país. Por outro, a suposta inequivocidade das leis, da Constituição e do Direito funciona como o argumento que orienta o dizer para a legitimidade da instauração do militarismo no Brasil.

Este estudo está ancorado na Semântica do Acontecimento, tal como desenvolvida por Eduardo Guimarães (2002), que assume uma posição materialista sobre o funcionamento da linguagem, e dialoga, por essa via, com a Análise de Discurso de filiação francesa. Para o semanticista, enunciar é uma prática política, isto é, não-natural, conflitual, dividida, e o político, por sua vez, é “o fundamento das relações sociais, no que tem importância central a linguagem” (GUIMARÃES, 2002, p.16).

A enunciação, tomada aqui como um acontecimento, é constituída pela disputa dos sentidos, uma vez que os falantes são agenciados a dizer de diferentes posições, o que modifica as relações de sentido, levando, inevitavelmente, a confrontos. Desse

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

³ O grupo *Linguagem, Enunciação, Discurso* (LED), coordenado pela Professora Dra. Sheila Elias de Oliveira (Departamento de Linguística/Instituto de Estudos da Linguagem - UNICAMP) congrega pesquisadores nos domínios da Semântica da Enunciação, da História das Ideias Linguísticas e da Análise do Discurso, que trabalham sustentados em uma posição materialista sobre o funcionamento da linguagem e das línguas. O objetivo é ampliar a compreensão da significação nas línguas humanas e produzir análises de fatos de língua e linguagem que digam respeito à produção, à constituição e à circulação dos sentidos, tendo como foco o léxico na relação com a enunciação e o discurso.

modo, a tomada da palavra se dá a partir de um litígio permanente. Tal embate produz efeito sobre o real, isto é, sobre aquilo que pede para ser significado e nomeado, assim reconfigurando-o.

A partir dessa perspectiva, buscamos, portanto, compreender os movimentos políticos dos gestos de afirmação no dizer e em sua inscrição em posições ideológicas presentes na sociedade, entendendo que a tomada da palavra se dá por uma disputa de sentidos na história.

Relação entre certeza e verdade

Na enunciação presidencial de Castello Branco, especificamente nos pronunciamentos aqui selecionados para análise, a instauração do governo militar no Brasil significa como uma medida necessária para o desenvolvimento e o progresso do país; como um modo de ação fundamental para a manutenção do regime democrático; como uma maneira de salvaguardar e aprimorar os direitos trabalhistas; e como um meio inevitável de sobrevivência do Estado frente a supostas ameaças da “extrema-esquerda”.

Observemos os recortes abaixo:

(1) (...) será um Governo firmemente voltado para *o futuro*, **tanto é certo que** um constante *sentimento de progresso e aperfeiçoamento* constitui a marca e também o sentido da nossa história política e social. (CASTELLO BRANCO, 15 de abril de 1964, grifos nossos)

(2) Foi uma Revolução a **assegurar** *o progresso*, sem renegar o passado. (CASTELLO BRANCO, 15 de abril de 1964, grifos nossos)

(3) Caminharemos para *a frente* **com a segurança de que** *o remédio para os malefícios da extrema-esquerda não será* o nascimento de uma direita reacionária. **Creio, firmemente**, na compatibilidade do *desenvolvimento com os processos democráticos*, mas **não creio** em desenvolvimento à sombra da orgia inflacionária, ilusão e flagelo dos menos favorecidos pela fortuna. (CASTELLO BRANCO, 15 de abril de 1964, grifos nossos)

(4) (...) o Governo que ora se inicia **está certo** de não decepcionar o povo brasileiro. Não será um governo voltado apenas para o passado, mas um governo fundamente preocupado com o futuro, que deverá atender às justas e crescentes aspirações de milhões de brasileiros (...). (CASTELLO BRANCO, 21 de abril de 1964)

(5) Podem os brasileiros ter **a segurança de que** o futuro não desmerecerá os sonhos de emancipação da Inconfidência (...). (CASTELLO BRANCO, 21 de abril de 1964)

(6) A Revolução não foi feita contra os direitos sociais dos trabalhadores. Pouco importa o que assoalhem os ainda inconformados por haverem perdido os cofres públicos com que levavam, com sacrifício dos pobres, uma artificiosa e rendosa luta de classes. **A verdade**, porém, é que estamos interessados não apenas em conservar, mas também em aprimorar as normas de proteção ao trabalhador (...). (CASTELLO BRANCO, 1 de maio de 1964)

Destacamos em negrito, nos recortes acima, um dos mecanismos de significação da certeza que aqui chamaremos de *indicadores da certeza*, isto é, mais especificamente, elementos lexicais reiteradamente marcados na materialidade do dizer. Tais elementos modalizam a enunciação e predicam tanto o sujeito da enunciação, quanto o objeto de dizer: por um lado, é o próprio locutor-chefe de Estado, enquanto porta-voz do governo militar, que se apresenta como aquele que crê (recorte (3)) e que tem segurança ao afirmar (recortes (3) e (4)), tal como nas formulações *creio firmemente* e *o governo (...) está certo de não decepcionar o povo brasileiro*; por outro lado, aquilo que se afirma é apresentado como certo e seguro (recortes (1), (2) e (5)), como *a verdade* (recorte (6)), tal como em *é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e também o sentido da nossa história política e social e foi uma Revolução a assegurar o progresso*.

Os *indicadores de certeza* destacados nos recortes de (1) a (6) mostram o gesto do chefe de Estado de afirmar e reafirmar o militarismo como uma medida certa e segura para o desenvolvimento do país; como o início de algo novo, voltado para o aprimoramento dos direitos sociais e para um evidente futuro de progresso; e como a solução para supostos danos provocados pela “extrema-esquerda” – formulação que, a partir da posição do militarismo, designa e constrói sentidos para o governo de João Goulart⁴, deposto pelo golpe militar de 1964. O “caminhar pra frente” (recorte (3)), prometido por Castello Branco, é, portanto, um caminhar que produz sentidos de uma partilha desigual da/na organização política brasileira, excluindo uma suposta extrema-esquerda do futuro projetado para o país.

As afirmações do porta-voz da República, que se apresentam como certezas, funcionam assim como um argumento que orienta o dizer para os sentidos da

⁴ O governo de Jango tinha em seu programa a implementação de reformas de base de cunho nacionalista e intervencionista. Este programa incomodou os setores dominantes e conservadores da sociedade brasileira, que o interpretaram como um “programa revolucionário comunista”.

inevitabilidade da instauração do regime militar. Ao mesmo tempo, é decisivo apontar aqui que as certezas produzidas na enunciação presidencial de Castello Branco silenciam a tomada arbitrária do poder público pelos militares em um ato performado autoritariamente, que resultou na destituição de um governo democrático.

A construção da certeza, enquanto efeito de sentido na enunciação, se dá também pelo rechaço a um dizer-outro, num jogo entre litígio enunciativo e reafirmação das certezas. Retomemos alguns enunciados presentes nos recortes acima:

Caminharemos para a frente com a segurança de que *o remédio para os malefícios da extrema-esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária.*

Não será um governo voltado apenas para o passado, mas um governo fundamentalmente preocupado com o *futuro*

Podem os brasileiros ter **a segurança de que** o *futuro não desmerecerá* os sonhos de emancipação da Inconfidência

A Revolução não foi feita contra os direitos sociais dos trabalhadores.

A enunciação presidencial de Castello Branco aponta para a existência de um dizer-outro, contrário à instauração do regime militar e às suas diretrizes, que funciona na polifonia do *não*, isto é, no trabalho da negação. Ao apontar para um dizer que se apresenta em oposição ao dizer do porta-voz da República Militar, produz-se uma fronteira, uma divisão nos sentidos, um litígio enunciativo: é porque, por exemplo, se afirmou que o regime militar representa *o nascimento de uma direita reacionária* e que *a revolução foi feita contra os direitos sociais dos trabalhadores* que é preciso produzir a negação. O dizer-outro desestabiliza as certezas enunciadas pelo porta-voz militar; destarte, para sustentá-las, entra em cena o mecanismo de rechaço a esse dizer contrário pelo trabalho mesmo da negação, o que se apresenta reiteradamente nos recortes dos pronunciamentos aqui selecionados para análise.

As certezas que se produzem como efeito de sentido na enunciação da Castello Branco se apresentam como a verdade, como um saber evidente, que nega outros dizeres. Um saber, no entanto, impossível de ser comprovado, pois projetado sobre um futuro hipotético - eis aqui mais um mecanismo de construção das certezas no dizer militar: o emprego recorrente de verbos no futuro do presente (sublinhados nos recortes (1), (3), (4) e (5), acima). O porta-voz da República enuncia, por exemplo, que o regime militar *será um governo voltado para o futuro*, o que se apresenta, por um efeito de

evidência, como algo inquestionável, mas, ao mesmo tempo, como uma promessa, um pacto – sobre o qual não há qualquer garantia de cumprimento.

A construção da certeza no dizer militar não se sustenta, portanto, sobre saberes comprovados; ela se dá no embate com o absurdo da projeção dos fatos, isto é, no embate com uma suposta verdade que se encontra apenas no devir. A conjugação verbal no futuro do presente aponta, desse modo, para equívocos no funcionamento da certeza, que se constitui, portanto, na e pela contradição (PÊCHEUX, 1975).

O efeito de certeza sobre a instauração do regime militar como uma medida necessária e legítima se sustenta no dizer do porta-voz da República também pelo argumento de que a lei, a Constituição e o Direito são fontes do saber verdadeiro. Tal argumento orienta o dizer para a conclusão de que o regime, no modo de governabilidade proposto pelas Forças Armadas, está previsto pelas próprias leis e instituições políticas, e, portanto, é uma medida democrática para reorganizar o país e conduzi-lo ao *progresso*, ao *futuro*.

Observemos os recortes abaixo:

(7) Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a **Constituição do Brasil**. Cumprirei e defenderei com determinação, pois serei escravo das **leis do País** e permanecerei em vigília para que todos as observem com exaço e zelo. Meu Governo será o das **leis**, o das **tradições** e **princípios morais e políticos** (...).(CASTELLO BRANCO, 15 de abril de 1964, grifos nossos)

(8) Vimos, assim, a Nação, de pé, a reivindicar a sua liberdade e a sua vontade que, afinal, e nos **termos previstos pela Constituição**, se afirmou através do **Congresso**, legítimo representante dos ideais e aspirações do nosso povo. (CASTELLO BRANCO, 15 de abril de 1964, grifos nossos)

A instauração do regime militar é justificada, nos recortes (7) e (8), com base nas leis e na Constituição, cujo cumprimento significa, por um lado, como argumento para a legitimidade do governo imposto; por outro, como uma promessa, isto é, um compromisso futuro para com a sociedade civil. Tal efeito de sentido se apresenta como uma certeza no dizer, ao mesmo tempo em que aponta para as contradições que constituem a tomada de poder pelos militares no Brasil.

O compromisso com as leis estabelecido no dizer entre o chefe de Estado militar e a sociedade civil se constrói como uma promessa, uma garantia, uma certeza projetada para o futuro. Destacamos aqui, novamente, os efeitos de sentido que o tempo verbal produz no dizer: os verbos conjugados no futuro do presente do modo indicativo

produzem sentidos de promessa e de comprometimento, fazendo irromper o funcionamento do equívoco no processo de construção das certezas no dizer: a marca de tempo do futuro constrói a certeza não a partir dos fatos e da verdade de um estado de coisas, mas a partir do devir, de um vir-a-ser supostamente garantido, qual seja, o cumprimento futuro das leis e da Constituição, o que aponta para a contradição constitutiva do dizer militar: como é possível ter certeza sobre o futuro, sobre uma promessa?

Ao mesmo tempo, sabemos pela história da república brasileira que a certeza da promessa de cumprimento futuro das leis e da Constituição se estabeleceu, contraditoriamente, com a quebra do pacto social e da democracia. O porta-voz militar, no entanto, em seu dizer, justifica seu lugar institucional como um modo legítimo de observância da Lei, o que silencia seu gesto autoritário e produz o apagamento do fato de que a instauração de um regime militar, por um golpe de Estado, violou e suspendeu a Constituição, rompendo com as leis vigentes e com o regime democrático.

Considerações Finais

A partir de um *corpus* formado por pronunciamentos do chefe de Estado militar Humberto Castello Branco, este trabalho teve como intuito apresentar uma análise enunciativa sobre o funcionamento das certezas no dizer militar e os mecanismos linguísticos, enunciativos e discursivos de sua construção, sem qualquer pretensão de esgotar o tema e suas possibilidades de reflexão.

À guisa de conclusão, destacamos aqui que, na enunciação de Castello Branco, sob o efeito ideológico da evidência, a certeza se produz em verdades que não convocam o questionamento porque se confundem com fatos apresentados como incontestáveis: o aparato legal e as normas estabelecidas pelo Direito para proteção do Estado em situação de ameaça interna ou externa, a salvação da Pátria e a garantia da sobrevivência do Estado frente aos “planos” e “malefícios” da “extrema-esquerda”, o rechaço a dizeres opostos à posição de autoridade dos líderes militares.

Castello Branco, ao tomar a palavra enquanto locutor-chefe de Estado (GUIMARÃES, 2002), constrói seu dizer a partir de um lugar enunciado como institucional, previsto em Lei e apoiado pelas Forças Armadas, produzindo como efeito de sentido que a instauração do regime militar se constrói na relação com a verdade: tanto a verdade de uma iminente ameaça comunista que demanda medidas de defesa,

quanto a verdade do saber jurídico e legal que legitima a tomada de poder pelos militares.

Do nosso lugar de análise, assumimos a posição de que a verdade, enquanto construção do dizer, é sustentada pelas condições de produção, não sendo, portanto, nem uma nem homogênea; ao contrário, ela está sujeita a equívocos, deslizos e deslocamentos, muito embora, em seu funcionamento enunciativo-discursivo, dissimule *as contradições constitutivas do processo de significação* (ZOPPI FONTANA, 2003). Compreendemos, desse modo, que a verdade do regime militar se produz na quebra e no rompimento com o verdadeiro da democracia e do pacto social. Nesse sentido, o “verdadeiro” (FOUCAULT, 1970) das ditaduras militares se constitui a partir de um golpe - não-dito, silenciado - que rompe com o sistema de verdades da democracia e que, deste modo, impõe o seu próprio sistema de verdades, apresentado como uma certeza de salvação, de progresso e de combate às ameaças de uma (imaginária e fantasmagórica) extrema-esquerda – que insiste em retornar e se apresentar como uma certeza de perigo na atual política brasileira.

REFERÊNCIAS

CASTELLO BRANCO, H. **Perante o Congresso Nacional, ao tomar posse no cargo de Presidente da República**. 15 de abril de 1964. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/02.pdf/view>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2020.

CASTELLO BRANCO, H. **Nas comemorações do “Dia de Tiradentes”**. 21 de abril de 1964. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/05.pdf/view>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2020.

CASTELLO BRANCO, H. **Nas comemorações de 1º de maio**. 1 de maio de 1964. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/06.pdf/view>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2020.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 20. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2010.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes Editores, 2002.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio (1975). Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

ZOPPI FONTANA, M.G. Identidades (in)formais. Contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. **Organon** (UFRGS), Porto Alegre, v. 17, n.35, p. 245-282, 2003.

Submetido em: 16/02/2020.

Aprovado em: 16/06/2020.

Como referenciar este artigo:

BRANDÃO, Renata Ortiz. Efeitos de certeza no dizer de Castello Branco: a instauração da ditadura militar no Brasil. **revista Linguagem**, São Carlos, v.34, Número Temático, 2020. p. 138-147.